

## Perspectivas decoloniais sobre o Monumento ao Garimpeiro em Boa Vista-RR

Decolonial perspectives on the “Monumento ao Garimpeiro”  
in Boa Vista-RR

Perspectivas decoloniales sobre el “Monumento ao Garimpeiro”  
en Boa Vista-RR

Angélica Pereira Triani<sup>1</sup>  
Amarildo Ferreira Júnior<sup>2</sup>  
Francilene dos Santos Rodrigues<sup>3</sup>

**Resumo:** Por muitos anos a história foi contada pela perspectiva dos vencedores. Um dos instrumentos utilizados para essa narrativa são os monumentos, que geralmente visam homenagear um povo, um feito histórico, uma divindade ou qualquer outro elemento que seja importante na história local. Esses elementos se encontram, na maioria das vezes, inseridos no meio urbano. A proposta deste trabalho é entender como essa inserção pode gerar narrativas dentro da cidade e como ela se relaciona com o espaço. Pretende-se analisar, também, a necessidade de novos e outros olhares para monumentos através de debates decoloniais. Essa construção se dá no âmbito de Boa Vista, capital do estado de Roraima, que foi marcado pela atividade garimpeira e pela exploração dos povos indígenas. Por esse motivo, a análise gira em torno do Monumento ao Garimpeiro, localizado no núcleo urbano da capital. A metodologia empregada parte de uma abordagem etno-histórica, que dialoga com referências bibliográficas principais acerca do tema. O objetivo foi levantar questionamentos e percepções críticas sobre a simbologia desse monumento em Boa Vista e despertar a proposta de ressignificação sob outros olhares.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (PPGSOF/UFRR). Arquiteta e Urbanista pela UFRR, trabalha como assistente de campo da Organização Internacional para as Migrações (OIM) em Boa Vista/RR. Foi bolsista do programa Diálogos Transatlânticos da Pour Le Brésil para o Summer School da Sciences Po, em Paris (2023). Membro do Grupo de Pesquisa em Etnopolítica, Pensamento Administrativo e História do Estado e das Instituições - Epahei!. Vice Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - Roraima (IAB-RR), com mandato de 2021 a 2025. E-mail: angelicatriani@outlook.com.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), com estágio Estudante Tesista de Pós-graduação no Centro de Antropologia do Instituto Venezuelano de Investigaciones Científicas (IVIC). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e no PPGSOF/UFRR. Líder do Grupo de Pesquisa em Etnopolítica, Pensamento Administrativo e História do Estado e das Instituições - Epahei! e membro do Amazoniadas - Observatório das Cidades, Vilas e Territórios Amazônicos, da Rede de Pesquisadores de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas da Pan-Amazônia (TPP - PAN-AMAZÔNIA) e da Red de Patrimonio de Venezuela (REDpatrimonio.VE). E-mail: amarildofjunior@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais - Estudos sobre as Américas pela Universidade de Brasília (UnB). Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade de Huelva-Espanha, no Programa de Gênero, Identidade e Cidadania. Professora no curso de Ciências Sociais, no PPGSOF e no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PRONAT) da UFRR. E-mail: francerodrigues@yahoo.com.br.

**Palavras-chave:** Decolonialidade; Monumento ao Garimpeiro; Boa Vista-RR.

**Abstract:** For many years the story was told from the perspective of the winners. One of the instruments used for this narrative are the monuments, which usually aim to honor a people, a historical achievement, a deity or any other element that is important in local history. These elements are, in most cases, inserted in the urban environment. The purpose of this work is to understand how this insertion can generate narratives within the city and how it relates to space. It is also intended to analyze the need for new and other looks at monuments through decolonial debates. This construction takes place in the context of Boa Vista, capital of the state of Roraima, which was marked by mining activity and the exploitation of indigenous peoples. For this reason, the analysis revolves around the “Monumento ao Garimpeiro”, located in the urban core of the capital. The methodology employed is based on an ethno-historical approach, which dialogues with the main bibliographic references on the subject. The objective was to raise questions and critical perceptions about the symbology of this monument in Boa Vista and to awaken the proposal of resignification under other perspectives.

**Keywords:** Decoloniality; “Monumento ao Garimpeiro”; Boa Vista-RR.

**Resumen:** Durante muchos años la historia fue contada desde la perspectiva de los ganadores. Uno de los instrumentos utilizados para esta narrativa son los monumentos, que generalmente tienen como objetivo honrar a un pueblo, un logro histórico, una deidad o cualquier otro elemento que sea importante en la historia local. Estos elementos están, en la mayoría de los casos, insertados en el entorno urbano. El propósito de este trabajo es comprender cómo esta inserción puede generar narrativas dentro de la ciudad y cómo se relaciona con el espacio. También se pretende analizar la necesidad de nuevas y otras miradas a los monumentos a través de debates decoloniales. Esta construcción se lleva a cabo en el contexto de Boa Vista, capital del estado de Roraima, que estuvo marcada por la actividad minera y la explotación de los pueblos indígenas. Por esta razón, el análisis gira en torno al “Monumento ao Garimpeiro”, ubicado en el núcleo urbano de la capital. La metodología empleada se basa en un enfoque etnohistórico, que dialoga con las principales referencias bibliográficas sobre el tema. El objetivo era plantear preguntas y percepciones críticas sobre la simbología de este monumento en Boa Vista y despertar la propuesta de resignificación bajo otras perspectivas.

**Palabras clave:** Decolonialidad; “Monumento ao Garimpeiro”; Boa Vista-RR.

## INTRODUÇÃO

Os monumentos constituem patrimônios importantes para diversos grupos sociais. Erigidos desde Antes da Era Comum (AEC), como testemunham as pirâmides do Egito (cerca de 2667 – 2648 AEC), a Grande Muralha da China (as primeiras muralhas datam do século VII AEC) ou o Sechín Bajo, conjunto monumental de três edifícios construídos no Valle de Casma, no Peru,

por volta de 3.500 a 1.500 AEC e que constitui a mais antiga construção conhecida das Américas (FUCHS *et al*, 2009), carregam relevantes significados para diferentes povos por representarem sua história, cultura, valores, arquitetura, produções artísticas, entre outros elementos.

No entanto, a maioria dos monumentos foram erguidos pelos vencedores e, por esse motivo, quase sempre contam apenas um lado da história. Com o movimento pós-colonial e o surgimento do pensamento Decolonial, outros questionamentos e reflexões têm sido levantados sob perspectivas plurais e contra-hegemônicas. Diversos pensadores latino-americanos, como Aníbal Quijano, inflamaram discursos descolonizadores para indagar tudo que nos foi imposto e exercitar posicionamentos críticos e políticos acerca do que nos cerca. No âmbito do patrimônio, surgiu a necessidade de ressignificar monumentos a partir de outros ângulos histórico-sociais vividos por diferentes povos.

Esse anseio também se dá em relação ao Monumento ao Garimpeiro, localizado no centro da capital do estado de Roraima, Boa Vista. É inegável a atuação do garimpo na formação histórica do estado, mas é completamente possível contestar a forma como ela é contada, representada e exaltada por meio do monumento. Embora diversos grupos sociais minoritários questionem a atividade garimpeira em Roraima, esse monumento foi incorporado à sociedade local e “naturalizado” em sua paisagem, história e imaginário. Essa naturalização e a assertividade minoritária que a contesta enseja duas reflexões. A primeira refere-se ao conceito de minoria aqui empregado, o qual desveste-se da conotação fortemente pejorativa ou subalternizante predominante e passa a ser invocado de modo assertivo e em função do alargamento do discurso político (BURITY; GIUMBELLI, 2020).

Sendo amplamente discutida por sociólogos e antropólogos da religião, a minoritização é um processo de emergência de atores sociais que questionam uma ordem excludente e fazem demandas por reconhecimento, inclusão e justiça. Neste trabalho, sua aplicação destaca, por um

lado, os efeitos de produção de crença que construções tais como o Monumento ao Garimpo instituem e reforçam no contexto de uma ordem patrimonial e, por outro, como também podem ser tomados como espaço de incidência de outras formas de atuação política, a exemplo da ação direta contra a estátua que homenageia o bandeirante Borba Gato ocorrida em julho de 2021, em São Paulo (ALMA PRETA JORNALISMO, 2022).

Em segundo lugar, esse processo mobiliza a reflexão acerca do monumento e de seu papel na organização social e política do patrimônio cultural. Françoise Choay (2014) adverte que a relação do monumento com o tempo vivido e com a memória constitui a sua essência e a sua função antropológica, a qual está vinculada a uma garantia das origens. Os monumentos participam do dispositivo de constituição de “comunidades de bens” tanto como um dos seus elementos constituintes, quanto como agenciadores dos processos que visam “revelar ou instituir afinidades entre pessoas diferentes que integram ‘comunidades’ às quais esses bens estarão vinculados enquanto patrimônio” (FERREIRA JÚNIOR, 2022, p. 65).

No contexto da experiência de modernidade vivida na Amazônia, onde avistamos a dissociação dos sujeitos em relação à Natureza e à Sociedade, e a crescente marginalização e exclusão de suas gentes imposta em nome de uma ideologia das necessidades históricas, muitos de seus monumentos são a um só tempo o testemunho de uma origem sobre a qual não podemos refletir sem horror e o dispositivo de segurança dos vencedores e de seus herdeiros contra o trauma da existência (CHOAY, 2014; BENJAMIN, 1994).

Portanto, para promover outro olhar à estátua do Garimpeiro e questioná-la, é importante entender alguns processos históricos em Roraima. Para isso, empregou-se uma abordagem etno-histórica, baseada no diálogo entre referências bibliográficas e no apontamento de questionamentos que estimulam o debate sob uma abordagem decolonial. O objetivo foi levantar perguntas e percepções críticas sobre a simbologia desse monumento em Boa Vista

e discutir alternativas de sua ressignificação. Ademais, propomos uma visão analítica sobre como elementos da urbe podem influenciar na percepção histórica do povo que a habita, bem como na construção de identidades e de narrativas hegemônicas sobre identidades locais.

## **2. PROCESSOS DE INVASÃO E CONTROLE NO ESTADO DE RORAIMA**

A maioria dos relatos históricos acerca de Roraima remonta ao século XVII, a partir dos processos de colonização e conquista da Amazônia brasileira. No entanto, antes desse período, a região era habitada por povos originários que viviam e se organizavam espacialmente de acordo com suas tradições e culturas. Segundo Freitas (2021), os nativos que habitavam a região provinham do Caribe e foram identificados como povos indígenas, especialmente das etnias Macuxi, Taurepang, Ianomâmi, entre outras. Eles subiram o rio Orinoco, na Venezuela, e alcançaram o rio Caurá, passando daí ao Parágua e deste penetraram nos rios Uraricoera e Branco. Em alguns casos, supõe-se que atravessaram o lavrado<sup>4</sup> até o rio Tacutu e, depois, deste ao rio Essequibo, na Guiana.

No processo de ocupação e expansão da colonização da Amazônia, a Coroa portuguesa empregava estratégias militares e princípios da geopolítica para manter o controle na região. Essa ação foi fundamentada e marcada pela construção de fortificações em pontos estratégicos, a fim de combater a invasão de outras nações, como espanhóis e holandeses, bem como representar a posse do território.

Ao descrever as “fronteiras militares portuguesas”, Ramalho (2012) informa que eram desenhadas no século XVIII sobre fortalezas erguidas a partir de expedições e, apesar de não serem obras de engenharia grandes e sólidas, constituíam a diplomacia que se tentava impor num

---

<sup>4</sup> Lavrado é a denominação dada em Roraima a um ecossistema de vegetação aberta, rasteira, arbustiva e subarbustiva que forma uma área contínua do tipo savana-estépica e savana influenciada pela forte variação climática decorrente dos períodos de chuvas e de estiagem na porção setentrional do bioma amazônico brasileiro (ALMEIDA; SANTOS; ZUANON, 2021).

território em larga medida desconhecido pelo colonizador.

Todavia, as tentativas de avanço sobre a região amazônica impostas pelos holandeses eram preocupantes para a Coroa portuguesa. A estratégia não se limitava apenas à construção de fortes, mas também promovia uma articulação comercial com os indígenas.

De forma distinta a portugueses e espanhóis, a tática expansionista holandesa expressava-se por meio de processos de “cooptação” dos indígenas da região largamente realizados por meio da prática de escambo justaposta às relações intertribais (FARAGE, 1991), utilizando-se do conhecimento indígena para adentrar e povoar o território e para alcançar de forma mais imediata populações então inacessíveis.

Essa astúcia dos holandeses na tentativa de ocupar a Amazônia é descrita por Todorov (1999) como o principal artifício utilizado para obter vitória na conquista dos povos originários, sendo a comunicação como ferramenta para formar alianças a chave para manipular e dominar os indígenas.

As invasões de outras nações na região se fundamentaram para além das razões ocupacionistas. Havia mitos sobre a existência de um Eldorado, cuja cidade, Manoa, era cravejada de pedras preciosas e suas ruas e rios eram cobertos de ouro (RAMALHO, 2012). Por esse motivo, “espanhóis e ingleses realizaram uma série de campanhas, iniciadas em 1594, com a expedição de Sir Walter Raleigh” (RAMALHO, 2012, p. 24). Percebe-se que, desde essa época, contava-se sobre riquezas ocultas na região. Esse mito perdurou pelos séculos seguintes e influenciou na atividade garimpeira posteriormente implantada no futuro estado de Roraima.

A Coroa portuguesa, preocupada com as constantes invasões no vale do rio Branco, enviou uma expedição à região, comandada pelo Capitão Phelippe Sturm, em 1775. Esse movimento resultou na construção do Forte São Joaquim, às margens do encontro entre os rios Uraricoera e Tacutu.

A construção deste forte foi ponto chave para a ocupação da região do rio Branco, pois impactou no crescimento populacional das aldeias que ficavam em seu entorno. Algumas destas, por sua vez, tornaram-se, posteriormente, parte da população da fazenda Boa Vista, que foi o embrião, em 1830, da atual capital do estado (VERAS, 2009). A implantação de fazendas ao longo do vale do rio Branco foi outra estratégia de ocupação empregada pela Coroa, na qual a principal atividade econômica desenvolvida foi a pecuária.

Anos mais tarde, em 1943, é criado o Território Federal do Rio Branco, pelo Decreto-Lei Federal nº 5812, quando também a cidade de Boa Vista passou a ter independência político-administrativa, bem como foi elevada à capital do novo Território, e, em 1962, com o Decreto-Lei 4.182, o Território Federal do Rio Branco passa a se chamar Roraima (VERAS, 2009).

A garimpagem no estado de Roraima permitiu a capitalização de outras atividades, como a agricultura e a pecuária, e iniciou-se em 1912, com determinados períodos de alta e queda que perduram até hoje (RODRIGUES, 2017). No entanto, com a criação do Território Federal do Rio Branco, a atividade foi estimulada pelo nacionalismo durante o terceiro governo do Presidente Getúlio Vargas (1937-1945). Por ser um local estratégico na fronteira da região Norte, esse período foi marcado “pelo início de frentes migratórias frente à atividade mineral e pela ação do poder central na tentativa de retirar esta região do vazio demográfico” (VERAS, 2009, p. 45).

Como aborda Adriana Santos (2013), esse processo foi intensificado durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) com a elaboração de políticas de ocupação na região amazônica sob a perspectiva de inseri-la numa nova dinâmica de mercado. Investimentos foram realizados para proporcionar infraestrutura básica, como a construção de estradas para a implantação de Colônias Agrícolas e Minerais.

Grandes projetos foram elaborados para a região, como a Operação Amazônia (1966/67) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que marcaram a política desenvolvimentista

que retirou “dos governos estaduais e da oligarquia local uma parcela importante da origem de seu poder” e “*não considerou a especificidade da população que já vivia na região*” (SANTOS, 2013, p. 27, grifo nosso).

Assim, a política desenvolvimentista e de ocupação incentivada na Amazônia foi um dos fatores impulsionadores da atividade garimpeira na região. Santos (2013) demonstra como esse plano funcionou através da implantação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, projetado pelo Governo Federal. Conhecido como Polamazônia, o programa visava investimentos em infraestrutura para fomento e escoamento da produção mineral e madeireira, bem como investimentos na pecuária. Tudo sob um discurso do governo que carregava o lema de “*integração*” da Amazônia e “*ocupar o vazio demográfico*”.

Mesmo com o suposto fim da colonização, o discurso hegemônico se propagava na política governamental sobre a Amazônia, subjugada e tratada como colônia de seu próprio país. Sob essa narrativa desenvolvimentista e degradante, a atividade garimpeira se fazia presente como pretensa boa alternativa para a prosperidade econômica regional, sem levar em conta os aspectos sociais e ambientais que ela impactava.

### 3. O GARIMPO EM RORAIMA

O mito do Eldorado durante o período colonial não era totalmente fantasioso. Embora na Amazônia e em Roraima não tenha sido encontrada uma cidade coberta de pedras preciosas e ouro, diversos estudos e pesquisas governamentais, como o Projeto Radam Brasil, desenvolvido na década de 1970 (SANTOS, 2013), apontaram a riqueza de minerais sob o solo do estado.

A propagação dessa descoberta atraiu muitos “olheiros” para a região, desde migrantes de outras partes do país, que buscavam por alternativas para melhores condições de vida e enxergavam nessa notícia uma possibilidade para tal, a grupos sociais detentores de capital, que viam na região

a oportunidade de explorar e enriquecer às custas dos bens e população local. Como resultado, a Amazônia experimentou intensa migração de diferentes grupos interessados nas atividades mineradoras.

Raimundo Nonato Gomes dos Santos (2015) relata como o garimpo atraiu migrantes para a região desde 1912 com a descoberta de diamantes. No final da década de 1930, a exploração dessa pedra preciosa ganhou destaque na economia local, entrando em declínio na década de 1950. Depois, ressurgiu com vigor nos anos de 1980, com a exploração do ouro na região de Surucucus, território do povo indígena Yanomami, com grande repercussão na mídia mundial.

Após a transformação do vale do rio Branco em Território Federal, a principal região de garimpo foi a serra do Tepequém, localizada no município de Amajari, a 210 quilômetros de Boa Vista, que, em fins da década de 1930, ficou internacionalmente conhecida por ser uma das maiores regiões produtoras de diamante da América do Sul (FARIAS; VERAS; SANTOS, 2013). A extração era realizada de forma manual e, apesar da existência de ouro, privilegiava a cata dos diamantes (SANTOS, 2013).

As atividades mineradoras foram intensificadas com o advento da Ditadura Empresarial-Militar, uma vez que o governo dos generais incentivava o garimpo sob a premissa de desenvolvimento da Amazônia. Isso provocou mudanças na legislação que regulamentava a mineração, com o objetivo de adequar essa atividade aos interesses do Estado (SANTOS, 2013).

O Estado passou a ter total controle sobre a lavra mineral, peculiaridade que foi posteriormente garantida no texto constitucional de 1988. Mas, uma das questões de grande conflito para a atividade mineral em Roraima é que o Código da Mineração não faz referência, ou regulamenta, a extração mineral da atividade em territórios indígenas, áreas de proteção permanente, unidades de conservação ambiental, e outras áreas consideradas como bens comuns da União ou territórios tradicionais. Para a pesquisa e prospecção mineral nessas áreas é necessária legislação específica. (SANTOS, 2013, pp. 34-35).

Aliado a isso, pesquisas de prospecção apontaram as principais concentrações de minérios

no estado de Roraima. Conforme mostra a Figura 1, a localização dos minerais se sobrepõe às reservas indígenas no estado. Assim, atividades exploratórias foram realizadas ilegalmente nas Terras Indígenas e resultaram em danos ambientais e sociais para os povos indígenas e garimpeiros.

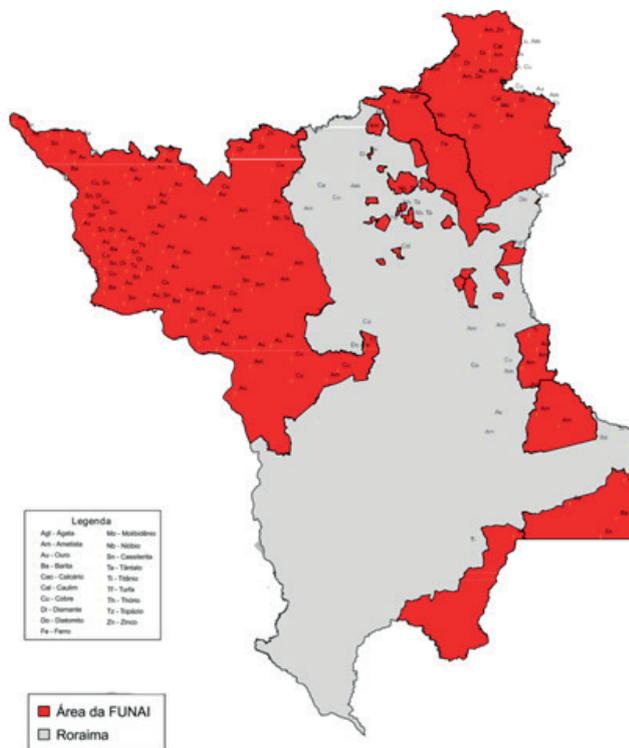


Figura 1 Ocorrências minerais e terras indígenas em Roraima (2017)

Fonte: Roraima, 2017, p. 53.

As regiões em vermelho representam as Terras Indígenas registradas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), enquanto os símbolos dos elementos químicos sinalizam os minerais presentes nos territórios, como: ágata, ametista, ouro, barita, calcário, caulim, cobre, diamante, diatomito, ferro, molibdênio, nióbio, cassiterita, tântalo, titânio, turfa, tório, topázio e zinco.

As consequências dessa atividade ilegal são desastrosas. Além dos conflitos e mortes, há registros de variados danos ambientais e de contaminação de indígenas por mercúrio, metal amplamente empregado nessa atividade, devido a sua capacidade de se unir a outros metais e assim facilitar a separação dos grãos de ouro dos demais sedimentos presentes na água. Alan Robson Alexandrino Ramos, Keyty Almeida de Oliveira e Francilene dos Santos Rodrigues (2020)

destacam os sérios impactos causados pelo mercúrio, tanto no meio ambiente quanto na saúde dos indígenas.

Segundo esses autores, cerca de 20% do mercúrio manipulado no processo de extração do ouro é despejado diretamente no rio, com os 80% restantes evaporando durante a amalgamação<sup>5</sup>, posteriormente ingressando na cadeia alimentar por meio da precipitação metálica nas lavouras ou de animais e plantas consumidos pela população. A absorção de vapores de mercúrio por via pulmonar (inalação de vapores do metal), dérmica (contato com a pele) ou oral (ingestão de alimentos e bebidas contaminadas) provoca uma variedade de sintomas<sup>6</sup>, podendo ocasionar, em caso de envenenamento agudo, a morte em um período de um a cinco dias (RAMOS; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020, p. 5).

Como agravante, em 2020, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), apresentou o Projeto de Lei nº 191/2020, que tem como objetivo legalizar o garimpo em territórios indígenas. Não obstante, em 2022, o governador de Roraima, Antonio Denarium (Progressistas), sancionou a Lei nº 1.701/2022, que proibia a destruição de equipamentos de garimpeiros<sup>7</sup>. Por limitar a eficácia da Lei de Crimes Ambientais e colocar “em risco a efetividade da fiscalização, com potenciais danos irreparáveis ou de difícil reparação ao meio ambiente e às populações indígenas de Roraima”, em fevereiro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF)

---

<sup>5</sup> Processo de formação de compostos intermetálicos (ligas metálicas) em que o elemento mais importante é o mercúrio, sendo empregado na mineração em virtude da aderência preferencial de alguns metais, como ouro e prata, com o mercúrio quando em contato com água, ar e mesmo outros metais.

<sup>6</sup> Entre os sintomas, Ramos, Oliveira e Rodrigues (2020) destacam problemas neurológicos, distúrbios neuropsíquicos, vômitos, diarreias, alterações da personalidade e do caráter, ansiedade, dificuldade de concentração, depressão, irritabilidade, anorexia, perda de peso, insônia, transtornos renais e tremores faciais que se estendem para os membros superiores e inferiores.

<sup>7</sup> Prevista em lei (Lei 9.605/1998 e Decreto 6.514/2008), a destruição de máquinas e equipamentos utilizados no garimpo e em outros crimes ambientais é realizada por sua eficácia em conter o avanço de tais atividades e do consequente dano ambiental que geram; por causar imediato prejuízo financeiro aos criminosos, o que pode contribuir em desmobilizar frentes e esquemas de exploração ilegal de recursos e de destruição ambiental; e por ser medida com maior economicidade para a administração pública se comparada com os custos necessários para a remoção, armazenamento e manutenção dos equipamentos até que sejam destinados para outros fins.

julgou inconstitucional essa lei (STF, 2023).

Conforme o Código de Mineração de 1967, a definição jurídica da atividade de garimpagem caracteriza-se como um **trabalho individual com instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis** para a extração de pedras e minerais preciosos, semi-preciosos, metálicos ou não metálicos.

Contudo, as atividades de garimpagem desenvolvidas em Roraima não são rudimentares nem individuais, uma vez que, a partir da década de 1970, ocorreu uma mecanização dos garimpos, com incorporação de tecnologias e aproximação de métodos industriais de lavra (RODRIGUES, 2017).

Conforme divulgado na imprensa local, “Roraima não tem garimpos legalizados e os que existem operam ilegalmente, explorando regiões como a Terra Indígena Yanomami que, em 30 anos, enfrenta a pior devastação causada por garimpos clandestinos” (RAMALHO; OLIVEIRA, 2022).

Uma alternativa a este panorama danoso é a promoção da atividade mineradora pelos próprios indígenas, pois, como aponta Aline Fonseca Iubel (2020, p. 297), “há um limite conhecido pelos indígenas, mas não pelos brancos, para a exploração”. Todavia, apesar de alguns exemplos de sucesso dessa proposta apontados por essa autora, talvez essa realidade ainda esteja distante no âmbito de Roraima, com os governos estadual e federal em consonância sobre o apoio às atividades desenfreadas do garimpo nas Terras Indígenas. Iubel (2020, p. 293) destaca uma fala do xamã e escritor yanomami Davi Kopenawa, na qual esta liderança indígena afirma que:

Os garimpeiros são hostis a nós porque são como espíritos maléficos; são filhos de comedores de terra-floresta. Eles dizem que nós somos ignorantes, mas estão errados. É o contrário. Somos nós que sabemos das coisas e que protegemos a floresta. Somos amigos da floresta porque nossos espíritos xamânicos são os seus guardiões (...) São eles que nos fazem pensar direito e ficar lúcidos. Quando estão perto de nós, fazem crescer nossa mente, fazem-na ir longe. Nosso pensamento não é fixado em outras palavras. É fixado na floresta, nos espíritos xamânicos (...) Os brancos não conhecem esses espíritos de fertilidade da floresta. Eles acham que ela só existe à toa, por isso a destroem.

#### 4. UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE O MONUMENTO AO GARIMPEIRO EM BOA VISTA-RR

Após a criação do Território Federal do Rio Branco, sob o governo do capitão Êne Garcez dos Reis, no ano de 1943, foi promovida uma seleção de propostas orçamentárias para o desenvolvimento do primeiro Plano Urbanístico de Boa Vista (PUBV). A proposta vencedora foi a de Darcy Aleixo Derenusson, engenheiro e urbanista responsável pela obra.

Felipe Melo de Souza (2015) afirma que o projeto de Darcy Aleixo Derenusson é caracterizado pelo sistema radial-concêntrico, no qual, a partir de um centro irradiador, partem suas radiais que dão origem às avenidas principais da cidade. Neste centro há uma praça cívica, na qual se localiza a sede administrativa do Território do Rio Branco, que conta com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

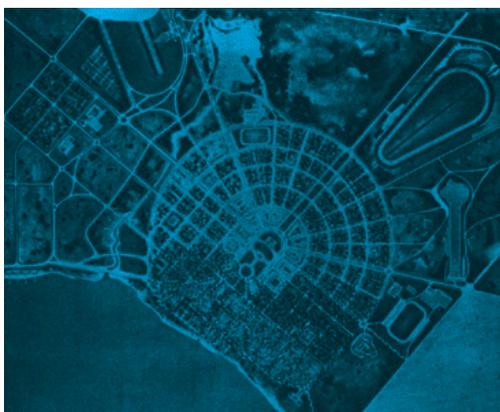


Figura 2 Maquete do PUBV elaborada pelo Engenheiro Darcy Aleixo Derenusson  
 Fonte: SOUZA, 2015, p. 55.

Essa ideia de plano urbanístico com traçado radial e concentração do poder no centro, a partir de uma praça cívica, remonta a modelos urbanos europeus que foram propagados durante e após o período colonial. Esse mesmo princípio de desenho da cidade, por exemplo, foi desenvolvido e empregado em Paris, durante o século XVIII, com o Plano Haussmann, e que serviu de referência

para outras cidades no mundo inteiro, inclusive no Brasil.

Percebe-se, assim, uma colonialidade do ser, do saber e do poder no traçado urbano da cidade de Boa Vista. Afirmar isso não significa dizer que a capital de Roraima tem o mesmo desenho de outras urbes europeias, mas sim refletir sobre a repercussão da influência do colonizador até mesmo na relação de ocupação e organização estatal do espaço.

Como afirmou Souza (2015), os edifícios representativos de poder se localizam no centro do PUBV. Não obstante, no núcleo da praça cívica se encontra o Monumento ao Garimpeiro, construído na década de 1960, durante o governo de Hélio da Costa Campos. A estátua é uma homenagem aos garimpeiros que trabalharam em Roraima no início do século XX, na qual consta o nome de alguns que contribuíram nessa atividade exploratória.

Desenhado por Laucides Inácio de Oliveira, o Garimpeiro segura a sua bateia, uma espécie de bacia utilizada para mergulhar na água e catar o ouro e diamante. A partir do desenho, Francisco da Luz Moraes elaborou uma planilha com dimensões da estátua e todo o monumento para confecção do molde. Este foi enviado para uma funilaria em Manaus, onde a escultura foi confeccionada com uma argamassa de borracha e alumínio (CÂNDIDO, 2022).

Transportada de volta para Roraima, a estátua foi instalada no meio da Praça do Centro Cívico, de frente para o Palácio do Governo, onde até hoje se mantém, sobre uma base de alvenaria e um espelho d'água, que fazem alusão à representação da atividade de garimpagem nos rios do estado.



Figura 3 Monumento ao Garimpeiro no centro de Boa Vista, RR  
Fonte: Angélica Pereira Triani (2022).

A reflexão crítica que se levanta aqui é: o Monumento ao Garimpeiro, situado no centro da cidade de Boa Vista, representa uma forma de colonialidade do ser, do saber e do poder? Para fazer essa análise, é preciso partir do olhar do colonizado, do subalternizado.

Luciana Ballestrin (2013, p. 90) afirma que “nem todas as situações de opressão são consequências do colonialismo – veja-se a história do patriarcado e da escravidão – ainda que possam ser reforçadas ou indiretamente reproduzidas por ele”. No caso do garimpo, é importante uma abordagem histórica sobre o tema. Essa atividade é praticada desde o período colonial, no qual os invasores cobiçavam as riquezas minerais, independente das consequências que isso gerava para a terra e para os povos. Portanto, não é possível desassociar o garimpo dos corolários do colonialismo.

O estado de Roraima, muito antes de ser chamado assim, era habitado pelos povos indígenas, que ocupavam o espaço à sua maneira, de acordo com suas crenças, culturas e tradições e em dinâmicas e constantes relações de trocas interculturais e interétnicas. Com a chegada dos colonizadores e, séculos mais tarde, dos migrantes que se dirigiram para o garimpo, os povos originários foram massacrados e escravizados, a fim de satisfazer a vontade dos dominadores.

Na perspectiva do colonizador, o Eu é sempre superior ao Outro. Da mesma forma ocorreu em Roraima: o “desenvolvimento” e a “integração” da Amazônia foram promovidos graças aos “estrangeiros” que trabalharam arduamente para o progresso da região. Mais uma vez e, agora, sob o discurso do progresso da modernidade, a história foi contada de maneira unilateral e se concretiza por meio da estátua de um garimpeiro no centro da cidade.

Tal estátua representa as atividades de mineração das riquezas naturais da região, ocorridas por meio da exploração e da destruição de moradias e de recursos de sobrevivência dos povos originários e tradicionais. Ao mesmo tempo, representa os garimpeiros que, em certa medida, também provêm de grupos oprimidos, uma vez que, em muitos casos, tratam-se de pessoas em

busca de melhorias em suas condições de vida. Contudo, esse grupo social detém a particularidade de múltiplas identidades.

Como aborda Francilene Rodrigues (2017), os garimpeiros ora são vistos como homens “selvagens”, “bandidos”, “gananciosos” e “gastadores”, ora são tidos como desbravadores de regiões insólitas, vistas como estorvos para a modernização, assim como a Amazônia muitas vezes já foi tratada em diferentes períodos históricos. Também há momentos em que são ressaltados como colonizadores e sentinelas das fronteiras, enquanto em outros são vistos como invasores de terras indígenas e propriedades particulares.

Considerando a abordagem etno-histórica em relação ao garimpo em Roraima, a atividade se caracterizou como um dos meios de discurso para desenvolvimento e enriquecimento da região. Entre as múltiplas identidades que o garimpeiro pode assumir, pode-se afirmar que, se para muitos a sua estátua no centro da cidade, em frente ao Palácio do Governo, o coloca na posição de grupo social responsável pelo progresso do estado, os efeitos simbólicos produzidos por sua presença naquele espaço condizem mais com a legitimação da mineração como modelo de desenvolvimento proposto para região, o que, em última instância, beneficia mais os grandes detentores de capital que financiam essas atividades do que o sujeito efetivamente ali representado

Ao se colocar como o meio de realização da civilização, a colonização “constrói” e elege artefatos que objetivam exaltar os sujeitos responsáveis por esse ato, o que, ao se revestir de uma aura ideológica, tende a continuar mesmo no período pós-colonial. Nesse sentido, a célebre frase de Walter Benjamin (1994, p. 225) ratifica-se constantemente: “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”.

Segundo Choay (2011, p. 12), o termo “monumento”

deriva do substantivo latino *monumentum*, fruto do verbo *monere*: “advertir”, “lembrar à memória”. Chamar-se-á então “monumento” todo artefato (túmulo, tumba, poste, totem, construção, inscrição...) ou conjunto de artefatos deliberadamente concebido e realizado por uma comunidade humana, independentemen-

te da natureza e das dimensões (da família à nação, do clã à tribo, da comunidade de crentes àquela da cidade...), a fim de lembrar, para a memória viva, orgânica e afetiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos de sua identidade.

Na vinculação entre colonização e civilização, o monumento cumpre um papel no processo de transmissão da cultura, o qual, em uma sociedade dividida em classes sociais, não está isento de barbárie. Sobre esse aspecto, Aimé Césaire (2020) desmistifica a vinculação que se estabeleceu entre colonização e civilização, indicando que, de uma à outra, a distância é infinita.

Ouçó a tempestade. Falam-me do progresso, das “realizações”, das doenças curadas e dos níveis de vida elevados além de si mesmos.

Mas eu falo de sociedades esvaziadas de si mesmas, culturas pisoteadas, instituições solapadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, magnificências artísticas destruídas, possibilidades extraordinárias suprimidas.

[...]

Estou falando de milhões de homens em quem foram inteligentemente inculcados o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, o ajoelhar-se, o desespero, o servilismo. (CÉSAIRE, 2020, pp. 24-25).

Diante disso, é tempo de analisar esses monumentos com as armas da decolonialidade. Para isso, é preciso exercer uma resistência teórica e prática, política e epistemológica, à lógica da modernidade/colonialidade, empreendendo diálogos inter-epistêmicos que tensionam as diferentes ciências colocadas em movimento (Antropologia, Arquitetura, História, Sociologia, entre outras) para além de seus campos metodológicos e instaurando formas de trabalho intelectual em colaboração, o que converte o trabalho de campo em espaço de “con-ceitualização”, uma vez que não o concebe como mera coleta de dados, mas o reconceitualiza como o desenvolvimento progressivo de relações intersubjetivas nas quais deve ser repensado o estatuto epistemológico das enunciações construídas durante os diferentes momentos em que se “pensa/pesquisa com” (RAMOS JR., 2019; BALLESTRIN, 2013; RAPPAPORT, 2007).

O primeiro passo é considerar o fato de que o desenvolvimento do estado se deu,

sobretudo, às custas dos povos originários (realidade esta que permanece até o presente). Esse progresso foi construído ao preço de vidas e de tradições que foram diminuídas ou exterminadas pelos invasores. Por que, então, o monumento não é voltado para esses povos?

Porque o monumento é “um narrador de histórias e acontecimentos passados, relevantes para um ou mais coletivos. Transcendendo a data de sua edificação, passa a se comunicar com outros sujeitos que não aqueles que inicialmente o edificaram” (BARBOSA; GOMES, 2021, p. 38). E a história que sempre nos foi contada é a do colonizador.

De acordo com Santos (2015, p. 47):

A presença do garimpo no campo simbólico, atividade vista como marginal, trabalho de caráter nômade, ao gosto de aventureiros e dos que nada tinham a perder, conforme Dorval de Magalhães, não justificava para as famílias de “pioneiros” em Roraima a imagem de um garimpeiro com sua bateia, mostrando-se em plena atividade de garimpagem, exposta numa estátua no centro da praça principal da cidade. Espaço que, por sinal, concentrava os prédios que abrigavam os poderes locais constituídos.

Logo, percebe-se que outros indivíduos também se consideram como os “pioneiros” que colaboraram para o desenvolvimento da região. Vimos que as fazendas foram os núcleos embrionários das cidades e que a pecuária, junto ao garimpo, representava a maior parte da economia local. Não se pode negar a contribuição dessas duas atividades para o crescimento econômico de Roraima, mas pode-se contestar a forma como esse processo se deu e o seu preço social e ambiental.

Quando Santos (2015) aborda Dorval de Magalhães em seu texto, coloca em questão que o monumento erguido em homenagem ao garimpeiro era um dos “erros em Roraima”. Na perspectiva de Dorval de Magalhães, membro de umas das famílias tradicionais ou “pioneiras” do estado, o monumento deveria contemplar o fazendeiro, o indígena e o garimpeiro, a fim de atingir os diferentes valores do processo histórico e econômico do estado. Santos nota curiosamente a inserção que ele faz do indígena na consideração, não só por ter sido o primeiro habitante da

região, mas também por ter, em sua concepção, “recebido pacificamente o colono branco”<sup>8</sup>.

Construir um monumento que representasse o indígena, o fazendeiro e o garimpeiro, como defende Dorval de Magalhães, significaria, então, que o indígena “ajudou” os segundos agentes e que, graças a eles, pôde “alcançar” a civilização? Ou significaria que as três figuras embasaram o desenvolvimento do estado? Ou representariam as principais identidades sociais? As interpretações que este acréscimo poderia gerar são opções de uma pesquisa a parte com a população local.

Todavia, talvez a resposta não seja meramente acrescentar outros atores ao lado do Monumento ao Garimpeiro, mas discutir a fundo as possibilidades de ressignificação do sentido dessa escultura sob o olhar dos subalternizados, a partir desses agentes e *com* eles. “O processo de ressignificação ocorre quando há alteração e revisão do sentido inicial, uma vez que o monumento é um signo” (BARBOSA; GOMES, 2021, p. 41).

A partir do processo de ressignificação e do panorama atual, que se constitui de notícias constantes de garimpeiros ilegais que assassinam, estupram e destroem assentamentos indígenas, bem como a contaminação por mercúrio e os impactos ambientais gerados, será que pequenas alterações no monumento poderiam tensionar o discurso sobre o seu significado?

A estátua do garimpeiro fica sobre um espelho d’água. Se a cor dessa água fosse alterada de cristalina para um tom barrento avermelhado, que interpretações ela poderia despertar na população local? Um monumento no centro da cidade, que valoriza o garimpo, mas que, abaixo dele, se encontra poluição e sangue, teria o mesmo significado que tem hoje?

Como afirmam Barbosa e Gomes (2021), em contextos de negação do espaço público, de

---

<sup>8</sup> Um monumento com essa composição foi construído em 1991 e instalado na Praça da Cultura, inaugurada no ano seguinte, próximo ao Centro Cívico. Tal monumento é composto por um teatro de arena marcado por três colunas sobre as quais estão três estátuas representando um “fazendeiro” (à esquerda), um “índio” (sic) (ao centro) e um “garimpeiro” (à direita).

interdição da fala e da expressão livre de ideias, grupos sociais marginalizados e subalternizados têm utilizado a rua e outros objetos urbanos, como os monumentos, como plataforma e suporte de suas obras e discursos contestatórios e assertivos. Assim, mesmo uma pequena alteração poderia promover ressignificações no monumento e despertar questionamentos que duvidam da exaltação a um grupo e a uma atividade.

Ou seja, uma atitude de reparação histórica e uma atualização que provoque alteração no sentido do monumento pode depositar nele outros sentidos que podem convidar à revisitação da sociedade. Tal atitude permite revisar as narrativas que o objeto monumental contém, sendo também capaz de ativar outras enunciações e discursos dormentes ou ocultos, o que deixa evidente que.

[...] a construção de um monumento, de um signo, de um entendimento se dá por meio de escolhas, sancionamentos. A política envolvida na manutenção de um significado é pautada no discurso, via de regra, do vencedor. *Dessa forma opera a manutenção de memórias e esquecimentos*. As políticas de patrimonialização comunicam memórias selecionadas, ao mesmo tempo em que interditam as possibilidades de reapropriação e reinterpretação do signo, traduzido por meio de linguagens externas às do monumento/objeto. (BARBOSA; GOMES, 2021, p. 43-44, grifo nosso).

Todavia, muitos protestos contra o garimpo ilegal também são realizados em torno do mesmo espaço. Em abril de 2022, por exemplo, um grupo de mulheres indígenas tingiu o seu espelho d'água com tinta de urucum<sup>9</sup> (LEIROS, 2022). Há também casos em que não foi possível identificar quais sujeitos realizaram as intervenções, como ocorreu em junho de 2020, ocasião em que, além de tingidas as águas de vermelho, foram inscritas as frases “fora garimpo” e “RR é terra de índio” (sic) no monumento, o que foi tomado pelas autoridades como ato de vandalismo (G1 RR, 2020).

---

<sup>9</sup> O urucum (*Bixa orellana* L.) é uma planta popular conhecida pelas suas sementes de coloração vermelha, utilizadas como corante natural. Sua fruta possui ampla utilização entre os diferentes povos indígenas do Brasil, que a utilizam na medicina tradicional, na alimentação e, principalmente, na pintura corporal, onde está relacionada a momentos de preparação para a guerra/luta e ao afastamento de forças e energias do mal.

Mais que isso, a própria denominação do espaço mais amplo onde se encontra a estátua tem sido objeto de disputa política. Além de congregar os prédios dos três poderes estaduais, é para esse espaço que convergem grande parte das movimentações políticas ocorridas em Boa Vista, chegando a receber tanto manifestações a favor do garimpo<sup>10</sup>, como as distintas reivindicações e protestos contra essa atividade e as demais pautas da luta indígena em Roraima. Denominada pela imprensa como Praça do Centro Cívico ou, como é conhecida popularmente, Bola do Centro Cívico, em virtude de seu formato circular, grande parte dos movimentos indígenas de Roraima tem se referido ao local como Praça Ovelário Tames Macuxi ou Praça Indígena Ovelário Tames.

Oficialmente, a Praça Indígena Ovelário Tames é denominada de Praça do Coreto. Nela, foi instalado um memorial em homenagem ao jovem indígena Macuxi Ovelário Tames (1972-1988), morto pela polícia no âmbito das lutas dos povos originários na região<sup>11</sup>. Desse modo, essa praça, que seria apenas um dos espaços que compõem o complexo do Centro Cívico, ao ser tomada como referência por movimentos indígenas durante suas lutas, manifesta um sofisticado movimento de reivindicação e afirmação de sua história, pois realiza uma metonímia do memorial em relação à Praça do Coreto e desta em relação ao Centro Cívico, o que coloca em destaque os sentidos que os movimentos indígenas estabelecem a esse lugar ao mesmo tempo em que desloca os sentidos civilizatórios atribuídos a esse espaço pelo planejamento urbano e contrapõe o Indígena Ovelário Tames ao garimpeiro ali erigido.

Essa característica realça a necessidade de se discutir junto aos diferentes sujeitos subalternizados as possibilidades de ressignificação do Monumento ao Garimpeiro e avaliar se,

---

<sup>10</sup> Em julho de 2022, por exemplo, apoiadores do garimpo realizaram no local um churrasco em comemoração à sanção pelo então governador do estado, Antonio Denarium (Progressistas), da lei que proibia a destruição de equipamentos de garimpeiros, a qual foi anulada pelo STF, conforme apresentamos anteriormente (RAMALHO; OLIVEIRA, 2022).

<sup>11</sup> Instalado em 2006, em cumprimento a recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o memorial consistia em uma placa que dedicava aquele espaço a Ovelário Tames, em virtude das circunstâncias de sua morte, aos 17 anos, e para promover a luta contra a discriminação, intolerância e impunidade, e construir uma relação de respeito com os povos originários. Atualmente, a placa não se encontra no local.

sendo possível, como seria capaz de articular a crítica das problemáticas que envolvem essa atividade e, não menos importante, desmistificar a ideia de que o garimpo representou uma “época de ouro” para o estado e que esse passado recalcado está sempre à espreita para retornar.

A proposição desse diálogo somente pode ser realizada mediante uma ética que oriente as relações entre diferentes regimes e sujeitos do saber e que constitua uma experiência efetivamente formadora (RAMOS JR., 2019), para a qual serão fundamentais tomadas de posições críticas em diferentes campos do conhecimento, com especial ênfase à etnografia, à história oral e à etno-história, e o desenvolvimento de formas colaborativas de refletir, teorizar, sentir e agir com os povos da terra.

A subalternização dos povos indígenas permanece como uma realidade em Roraima e não pode continuar sendo relativizada às custas da vida, da cultura e da natureza. Como Quijano (2005, p. 139) afirma: “É tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Nos otros*

*Por séculos o Eu*

*na iminência de se impor*

*subjugou e subjuga o*

*Outro.*

*Mas já se perguntaram*

*quando e como*

*essa relação*

*começou?*

*Tenho para mim  
que não começou no contato  
com o Outro externo,  
mas com os Outros de nós.*

*Na tentativa de não aceitar  
e de suprimir os tantos  
Outros que nos formam  
Escolhemos o Eu para comandar.*

*Esse Eu individual  
que não reconhece sua própria  
pluralidade e alteridade  
jamais seria capaz de reconhecê-la  
no Outro externo.*

*E por rejeitar a si mesmo  
também o faz com os demais  
na crença de que apenas o Eu basta  
para Ser e representar a todos Nós.*

*Para Ser o Eu íntegro*

*é preciso Ser todos os Outros  
porque Eu sou os Outros  
e os Outros somos Nós.*

*Angélica Triani,*

*21 de fevereiro de 2023*

*Boa Vista, Roraima*

Suscitar o debate público em torno das possibilidades de ressignificação de monumentos dá suporte a outros discursos e ideias que antes eram esquecidas ou recalçadas na imagem exaltada. Questionar o signo representado pelo patrimônio é um ato político, crítico, comunicacional, de afirmação e reapropriação das memórias e dos esquecimentos. Fazer isso por meio de uma abordagem decolonial desmistifica a ideia de que o colonizado era inferior e não teve importância na narrativa histórica de desenvolvimento, quando na verdade foi a base explorada para atingir os desejos do colonizador.

Discutir as possibilidades de ressignificação do Monumento ao Garimpeiro é fundamental para se posicionar e questionar os crimes que aconteceram e ainda acontecem em Roraima, assim como para definir de forma compartilhada, colaborativa e com base em um conjunto heterogêneo de epistemologias os usos e sentidos dos espaços urbanos e periurbanos no estado. Dessa discussão inicial, fica evidente a necessidade de nos libertarmos das amarras que insistem na manutenção do colonialismo e, para isso, recorrem, entre outros expedientes, à exaltação do opressor, sendo preciso levantar e reconhecer a perspectiva do oprimido para promover um discurso que busque repartição etno-histórica.

Debater essas possibilidades por meio da disposição teórico-epistemológica aqui apresentada, a decolonialidade, pode ser capaz de mudar não só questões sociais conflituosas, mas ajudar em problemáticas socioambientais que se tornam cada vez mais insustentáveis. Discutir a ressignificação de monumentos é essencial para fortalecer a ideia de que a riqueza se encontra na diversidade dos diferentes povos e da dialética da relação destes com os lugares onde vivem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMA PRETA JORNALISMO. Por que queimar a estátua do Borba Gato? com Paulo Galo, o Galo de Luta. *YouTube*, 5 de set. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bt-lyU4hTCE>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ALMEIDA, Isis Rafânia Souza de; SANTOS, Geraldo Mendes dos; ZUANON, Jansen. Composição e estrutura trófica de assembleias de peixes em veredas de buritizais, no período de estiagem, no Lavrado de Roraima, Brasil. *Biota Amazônica*, Macapá, v. 11, n. 2, pp. 43-52, 2021. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/biota>. Acesso em 22 ago. 2023.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BARBOSA, Arthur Gomes; GOMES, Ana Lúcia de Abreu. Pela necessidade da ressignificação: o uso de monumentos como suporte para manifestações artísticas, sociais e comunicacionais. *Revista Confluências Culturais*, v. 10, n. 3, 2021.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 222- 232.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 191/2020*. Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.

BURITY, Joanildo; GIUMBELLI, Emerson. Minorias Religiosas: identidade e política em movimento. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, pp. 9-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/3tx48FbntsYHp3mqvC3SmGd/?lang=pt>. Acesso em 28 ago. 2023.

CÂNDIDO, Francisco. A Importância dos Símbolos e Monumentos. *Folha de Boa Vista*. Boa Vista, 2022. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/colunas/a-importancia-dos-simbolos-e-monumentos-390/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Claudio Willer; Ilust. Marcelo D'Saete; Cronol. Rogério de Campos. São Paulo: Veneta, 2020.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Trad. Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2014.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Trad. João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011.

FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

FARIAS, Maria. Valdira de Azevedo; VERAS, Ana Sibelonia Saldanha; SANTOS, Antônio Pedro Rodrigues dos. Ocupação humana e a transformação no meio ambiente na Serra do Tepequém, Roraima. *Bol. Mus. Int. de Roraima*, v. 7, n. 1, pp. 8-13, 2013.

FERREIRA JÚNIOR, Amarildo. Organização social e política do patrimônio cultural: atos, usos e apropriações. In: BAHIA, Mirleide Chaar; TAVARES, Maria Goretti da Costa; FIGUEIREDO, Silvio Lima. (Org.) *Turismo, lazer e patrimônio na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2022. pp. 63-76.

FREITAS, Aimberê. *Geografia e História de Roraima*. Boa Vista: IAF, 2021.

FUCHS, Peter R. *et al.* Del arcaico al formativo temprano: las investigaciones en Sechín Bajo, Valle de Casma. *Boletín de Arqueología PUCP*, n. 13, pp. 55-86, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/boletindeferqueologia/article/view/983>. Acesso em: 23 ago. 2023.

G1 RR. Monumento ao Garimpeiro é alvo de pichação em Boa Vista. *G1 Roraima*, Boa Vista, 08 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/06/08/monumento-ao-garimpeiro-e-alvo-de-pichacao-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 06 set. 2023.

LEIROS, Marcela. Em Boa Vista, mulheres indígenas tingem escultura em protesto contra o garimpo. *Revista Cenarium*, Boa Vista, s.p, 9 abr. 2022. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/em-boa-vista-mulheres-indigenas-tingem-escultura-em-protesto-contra-o-garimpo/>. Acesso em: 06 set. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Pp. 107-130. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/biblioteca>. Acesso em: 27 abr. 2022.

IUBEL, Aline Fonseca. Terras de Ouro: Narrativas e experiências indígenas e não indígenas acerca do garimpo de ouro na Amazônia Brasileira. *Anuário Antropológico*, v. 45, n. 1, 2020, pp. 289-305.

RAMALHO, Paulina Onofre. *Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista/Roraima*. Dissertação de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Rio de Janeiro, 2012, 97 p.

RAMALHO, Yara; OLIVEIRA, Valéria. Governador de Roraima sanciona lei que proíbe destruição de equipamentos de garimpeiros. *G1 Roraima*, Boa Vista, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/07/05/governador-de-roraima-sanciona-lei-que-proibe-destruicao-de-equipamentos-de-garimpeiros.ghtml>. Acesso em: 03 ago. 2022.

RAMOS, Alan Robson Alexandrino.; OLIVEIRA, Keyty Almeida de; RODRIGUES, Francilene dos Santos. Mercúrio nos Garimpos da Terra Indígena Yanomami e Responsabilidades. *Revista Ambiente e Sociedade*. v. 23, São Paulo, 2020.

RAMOS JR., Dernival V. Encontros epistêmicos e a formação do pesquisador em História Oral. *História Oral*, v. 22, n. 1, p. 359-372, jan./jun. 2019.

RAPPAPORT, Joanne. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. *Revista Colombiana de Antropología*, v. 43, jan.-dez. 2007, p. 197-229.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpagem e mineração no norte do Brasil*. Manaus: EDUA, 2017.

RORAIMA. *Lei Ordinária N° 1.701 de 05 de julho de 2022*. Dispõe sobre a proibição aos órgãos ambientais de fiscalização e à Polícia Militar do Estado de Roraima de destruir e inutilizar bens particulares apreendidos nas operações/fiscalizações ambientais no estado e dá outras providências.

RORAIMA. *Estudos Temáticos do Diagnóstico Socioeconômico para o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Roraima (ZEE-RR)*. Boa Vista: Governo de Roraima, 2017. Disponível em: <https://zee-rr.institutopiatam.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Diagnostico-Socioeconomico-1.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.

SANTOS, Adriana Gomes. *Garimpeiros, quando a “cobra tá fumando”*: condições de vida e de trabalho nos garimpos em Roraima (1975-1991). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2013, 160 p.

SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. *Entre cultura política, memórias e política de identidade*: sujeitos históricos em ação – Boa Vista – Roraima (1970-1980). Tese de Doutorado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2015, 342 p.

SOUZA, Felipe Melo de. *A forma urbana do centro de Boa Vista/RR a partir das influências do primeiro Plano Urbanístico*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista, 2015, 105 p.

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. STF derruba lei de Roraima que proibia destruição de bens apreendidos em operações ambientais. *Portal do STF*, 22 fev. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=502827&ori=1>. Acesso em: 11 set. 2023.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009, 235 p.

*Recebido em: 30 de abril de 2023*

*Aceito em: 14 de setembro de 2023*